

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS000796/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 22/05/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR021486/2013  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46218.007958/2013-18  
**DATA DO PROTOCOLO:** 20/05/2013

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, CNPJ n. 87.973.392/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDMUNDO PETER;

E

SINDICATO RURAL DE CAMAQUA, CNPJ n. 87.974.622/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA TERESA SCHERER MENDES; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores Rurais**, com abrangência territorial em **Camaquã/RS**.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Adicional de Hora-Extra**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA**

Os empregados, nos casos inadiáveis, poderão prestar serviços suplementares até o limite de 12 (doze) horas por dia, sendo que as 2 (duas) primeiras horas excedentes no dia, serão remuneradas com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo e as demais no dia, com 70% (setenta por cento) de acréscimo.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

### **CLÁUSULA QUARTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

A cada 5 (cinco) anos na empresa, o trabalhador fará jus ao acréscimo de 2,0% (dois por cento) sobre seu salário, sendo considerado o marco inicial para cálculo deste benefício o ano de 1990

### **Auxílio Morte/Funeral**

## **CLÁUSULA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL**

O empregador deverá pagar aos familiares do empregado, a título de auxílio funeral, por ocasião do falecimento deste, a quantia no valor equivalente a 1 (um) salário da categoria, pagáveis em uma única vez

### **Seguro de Vida**

## **CLÁUSULA SEXTA - SEGURO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO**

Todo empregador rural, que possua mais de 10 (dez) empregados, deverá proceder votação entre os mesmos, para que seja aprovado ou não a instituição de seguro de vida em grupo, com pagamento de 50% (cinquenta por cento) do prêmio por parte do empregado.

### **Salários, Reajustes e Pagamento**

#### **Piso Salarial**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO NORMATIVO DA CATEGORIA**

Os empregadores rurais integrantes da categoria econômica representada pelo S.R. concederão a seus empregados, desde que exercentes da atividade profissional abrangida pelo STR, e na base territorial deste, a partir de 1º de maio de 2013, um aumento salarial equivalente a 10,39 % (dez virgula trinta e nove por cento) a incidir sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2012 aos trabalhadores, compensadas todos os aumentos espontâneos ou coercitivos, concedidos no período entre 1º de maio de 2012 e 30 de abril de 2013.

**Parágrafo Primeiro:** – O STR em nome próprio e de seus representados, dá plena, geral e irrevogável quitação desse mesmo período, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais previstos neste instrumento, formarão base para procedimento coletivo futuro.

**Parágrafo Segundo:** - O salário normativo da Categoria será de R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais) mensais, para trabalhador especializado e de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco Reais) mensais, para trabalhador não especializado.

**Parágrafo Terceiro:** - Considera-se, empregado especializado o exercício das seguintes funções: tratorista; aguador; operador de máquina agrícola; cabanheiro, inseminador; aramador; trabalhador na silvicultura, produção de mudas, plantio e extração florestal em geral.

**Parágrafo Quarto:** Caso ocorra, dentro do período de validade da presente, reajuste e fixação de salário mínimo Estadual, em valor superior aos pisos normativos estabelecido no parágrafo 2º, da cláusula TERCEIRA desta Convenção, fica, desde já, ajustado e estabelecido que será concedido um aumento salarial, como antecipação, passando os pisos ora previstos a serem pagos, no mínimo em importância igual ao fixado, como piso Estadual, da faixa 1.

## **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO NORMATIVO DO CAPATAZ DE FAZENDA**

O Capataz de Fazenda receberá um salário normativo de R\$ 963,24 (novecentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos ).

§ **Único:** Somente será admitido, compulsoriamente, a figura do capataz de fazenda, quando o

empregado tiver sob seu comando mais de 2 (dois) empregados rurais, excluída a cozinheira.

## **CLÁUSULA NONA - PISO SALARIAL DO DOMADOR**

Todo o empregado que exercer o serviço de doma no estabelecimento, receberá além do piso salarial de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais) mais um salário mínimo nacional por animal efetivamente domado.

### **Reajustes/Correções Salariais**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE SALARIAL**

Todo o integrante da Categoria Profissional, que na data da assinatura desta Convenção, estiver percebendo remuneração superior a conveniada, não terá seu salário reduzido, sendo a remuneração do mesmo reajustada de acordo com a Cláusula Terceira desta Convenção.

### **Descontos Salariais**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTOS DE ALIMENTAÇÃO E HABITAÇÃO**

As importâncias relativas à alimentação e à habitação fornecidas ao empregado pelo empregador, poderão ser descontadas do salário daquele, no percentual de até 15% (quinze por cento) do salário mínimo nacional no caso de alimentação e até 10% no caso de moradia, dependendo de autorização.

§ **Primeiro 1º:** Os descontos de alimentação e habitação, constante nesta cláusula, só poderão ser reajustado na data base da categoria.

§ **Segundo 2º:** Os empregados contratados anteriormente a vigência da presente convenção, que não sofrem descontos de alimentação e/ou moradia, e tão somente nestes casos, a situação jurídica permanecerá inalterada

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CÓPIA DO RECIBO DE QUITAÇÃO**

É obrigatório a entrega ao empregado da cópia do recibo de quitação geral, preenchido e assinado, de pagamentos de salários e do termo de rescisão de contrato de trabalho.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Toda rescisão de contrato de trabalho, de empregado com tempo superior a 6 (seis) meses, deverá ser realizada na presença do Sindicato de categoria, mantida a competência da DRT, para todos os efeitos legais, nos termos da CLT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSPORTE DO EMPREGADO NA RESCISÃO**

O empregador deverá transportar de volta ao domicílio de origem, o empregado demitido, juntamente com seus pertences e de seus familiares, se existentes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da rescisão do contrato de trabalho.

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO**

Quando a rescisão ocorrer por ato do empregado, deverá este cumprir 10 dias, no mínimo, do aviso prévio, recebendo apenas os dias trabalhados. Na hipótese de não cumprimento, será facultado ao empregador descontar estes dias.

§ **Único:** Na rescisão do contrato por parte do empregador, o empregado comprovando novo emprego, ficará dispensado do cumprimento do aviso prévio, recebendo apenas os dias trabalhados.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RETENÇÃO DA CTPS PELO EMPREGADOR**

O empregado deverá ter em seu poder a sua CTPS com o registro atualizado de todas as anotações e alterações referentes ao seu contrato de trabalho.

§ **Único:** Não poderá o empregador, sob hipótese alguma, reter a CTPS do empregado além do prazo previsto em lei, sob pena do pagamento de uma multa diária correspondente a um dia útil de salário atualizado percebido pelo empregado; tantos dias quanto demorar a devolução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL EXTENSIVA AO CÔNJUGE**

A rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, de um cônjuge ou companheiro(a), será extensiva ao outro que exercer atividades ao mesmo empregador, desde que o segundo concorde com a extensão.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INDUMENTÁRIA DE TRABALHO**

Para, que, possa o trabalhador desempenhar suas funções, exclusivamente no estabelecimento, o empregador deverá fornecer ao empregado todo material necessário às lidas, quais sejam: o cavalo e respectiva encilha.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO**

Os Empregados Rurais representados, respeitado o número de horas de trabalho contratual, semanal, poderão ultrapassar a duração normal diária de 08 (oito) horas, em todos os dias ou em alguns deles, até o máximo permitido em lei, visando à compensação das horas não trabalhadas aos sábados, assim como visando à compensação do trabalho na segunda-feira ou sexta-feira, quando houver feriado em terça-feira ou quinta-feira, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, ressalvada quando se tratar de empregado menor, a obrigatoriedade de autorização médica;

**Parágrafo Primeiro:** Respeitados os limites semanais e diários previstos em lei, poderão também as empresas representadas efetuar a compensação dos dias imediatamente anteriores ou posteriores aos feriados, mediante o trabalho em, um sábado;

**Parágrafo Segundo:** Em relação à compensação das horas não trabalhadas aos sábados, a faculdade outorgada por esta cláusula às empresas representadas, restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime de compensação. Estabelecido o último, não poderá este ser alterado ou suprimido sem a prévia concordância do empregado, a não ser em atendimento à disposição legal;

**Parágrafo Terceiro:** Por conveniência e interesses comuns, dispõem as partes que a jornada de trabalho prevista nesta Convenção Coletiva, não se constitui ou se constituirá em prorrogação, mas sim compensação de horário, como facultado pelo inciso XIII e XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal, mesmo como norma regulamentadora de características das categorias convenientes.

### **Faltas**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS**

Os empregadores não descontarão do salário de seus empregados, as faltas ao serviço, até o limite de 1 (uma) por mês, desde que justificada por atestado médico, para atendimento médico de seu(s) filho(a)(s) menores de 12 (doze) anos de idade e/ou cônjuge (ou/companheiro/a).

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS/INICIO DO PERÍODO DE GOZO**

O início das férias não poderá ser em sábado, domingo, feriado ou dia de repouso semanal

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADO MÉDICO**

Ao empregado que apresentar atestado médico fornecido por profissional credenciado pelo S.R. e S.T.R. vedando o contato com agrotóxico, será assegurada a prestação de outros serviços, sem prejuízo salarial.

### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PRIMEIROS SOCORROS**

O empregador deverá manter em seu estabelecimento, a disposição dos empregados, caixa de medicamentos para primeiros socorros, constituído de, aspirina, álcool, algodão, gaze, esparadrapo.

### **Relações Sindicais**

#### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA PARA ASSEMBLÉIA**

Sempre que houver convocação dos trabalhadores rurais destes municípios, para participarem das Assembléias Gerais do S.T.R. estes serão liberados pelo empregador sem prejuízo salarial, ficando limitado tal direito a 1 (um) dia, até uma vez por ano, e desde que não ocorra nos meses de Outubro/Novembro, Março/Abril de cada ano, sendo liberados metade dos trabalhadores a cada Assembléia, através do sistema de rodízio

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

Os empregadores rurais assumem a obrigação de descontar, mensalmente, em folha de pagamento, a importância correspondente a 1% (hum inteiro por cento) do salário normativo de cada um dos seus empregados rurais, conforme ficou aprovado legalmente em Assembléia Geral da categoria profissional, realizada no dia 19 de fevereiro de 2013 e recolher os valores à agência local do Banco Sicredi e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaquã, a ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, do efetivo desconto, em guias a serem fornecidas por este.

**Parágrafo 1º** - No caso de não recolhimento dentro do prazo previsto no caput desta cláusula; implicará ao empregador o pagamento dos valores devidos, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) e de acordo com o salário vigente a época.

**Parágrafo 2º** - Subordina-se o desconto assistencial sindical, a não oposição do trabalhador, manifestada perante ao empregador rural, até 10 (dez) dias antes do 1º (primeiro) pagamento, previsto nesta Convenção Coletiva do Trabalho.

## **Disposições Gerais**

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA MULTA**

As empresas (empregador) que descumprirem cláusulas do dissídio coletivo que contém obrigação de fazer, estão sujeitas a multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo da categoria do empregado, e em benefício do mesmo, desde que não possua a cláusula, multa específica ou não haja previsão legal a respeito

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO/REVISÃO/REVOGAÇÃO**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, terá seu processo de prorrogação, revisão ou revogação, subordinado as normas estabelecidas pelo art. 615, da Consolidação das Leis do Trabalho

EDMUNDO PETER

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

MARIA TERESA SCHERER MENDES

Presidente

SINDICATO RURAL DE CAMAQUA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .